



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 10 matérias

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 10 de maio de 2011

FOLHA DE SÃO PAULO

Foxconn vai montar iPad em Jundiá 1
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO

Para segurar os preços, governo facilita importações 2
VEICULAÇÃO NACIONAL

ESTADO DE MINAS

Chávez cancela visita ao Brasil 4
VEICULAÇÃO NACIONAL

CORREIO BRAZILIENSE

INTEGRAÇÃO AVANÇA NA FRONTEIRA 6
VEICULAÇÃO NACIONAL

G-1

Produção industrial cresce em 7 de 14 regiões em março, aponta IBGE 7
VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASIL ECONÔMICO-SP

Governo reduzirá exploração hídrica da Amazônia 8
VEICULAÇÃO NACIONAL

RONDÔNIA DINÂMICA

MP-RO requisita da SEFIN fiscalização de empresas de fachada na Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim 10
VEICULAÇÃO NACIONAL

PORTAL A CRÍTICA

Iphan nega novo pedido de impugnação do tombamento do encontro das águas 11
VEICULAÇÃO NACIONAL

PORTAL A CRÍTICA

Produção Industrial do Amazonas recuou 8,9% em Março 13
VEICULAÇÃO NACIONAL

MIDIA.COM

Fábrica de iPad no Brasil deve ser instalada no interior de São Paulo 15
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Foxconn vai montar iPad em Jundiaí		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Empresa taiwanesa decidiu usar sua unidade na cidade paulista para a finalização do tablet e do iPhone

Essa etapa precede o investimento na "cidade inteligente", onde haverá produção de componentes

VERA MAGALHÃES

DE SÃO PAULO

A Foxconn definiu sua unidade de Jundiaí (SP) como o local para a montagem dos primeiros iPads e iPhones, da Apple, no Brasil.

A empresa taiwanesa anunciou ao governo brasileiro a intenção de antecipar a linha de produção de novembro para julho.

Como hoje a unidade da empresa em Jundiaí já produz equipamentos de outras marcas, será necessário, por razões de segredo industrial, erguer uma nova planta na cidade e contratar trabalhadores - engenheiros e técnicos em eletrônica que serão treinados na China.

A empresa ainda não anunciou quanto pretende gastar nesse novo empreendimento no Brasil.

A montagem dos equipamentos precede um investimento já anunciado de US\$ 12 bilhões em cinco anos em uma nova unidade, que vem sendo tratada como "cidade inteligente".

Na futura planta, além da montagem, a Foxconn deve produzir os componentes dos equipamentos de alta tecnologia, não só para a Apple, mas para outros clientes.

REGULAMENTAÇÃO

A Folha apurou que, para atender a pressa da empresa em montar o tablet e o smartphone da Apple

no Brasil, o governo resolveu acelerar a regulamentação que vai equiparar os tablets aos notebooks para fins tributários.

Essa era uma exigência não só da Foxconn como de concorrentes do setor, pois barateia o preço final. A nova regulamentação vai ser feita pela Receita Federal.

Até agora não havia essa equiparação com a justificativa de que os tablets não possuem teclado físico. Era uma barreira para proteger os notebooks, fabricados no país, dos tablets, que hoje são sempre importados.

Ainda nesta semana, uma equipe técnica da taiwanesa deve chegar ao Brasil para uma reunião com representantes do governo. A presidente Dilma Rousseff criou um grupo de trabalho para analisar as exigências contidas no plano de investimento da Foxconn para o Brasil.

Para assegurar o investimento de US\$ 12 bilhões, a empresa quer garantias que vão de logística e infraestrutura para a "cidade inteligente" -cuja localização ainda não foi definida- quanto benefícios fiscais e financiamento via BNDES para parceiros nacionais.

Nessa reunião, o governo deve apontar quais exigências são viáveis e em que prazo. Para a antecipação da montagem do iPad e do iPhone no Brasil, há várias condicionantes, entre elas a rápida concessão de passaportes para os funcionários que serão treinados na China.

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO Para segurar os preços, governo facilita <u>importações</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Alíquota zero do algodão é prorrogada. Ficará mais fácil trazer parafusos do exterior, e aço pode ter tarifa reduzida

Eliane Oliveira

BRASÍLIA. Às voltas com o risco de a meta de inflação (4,5%, com margem de dois pontos para cima e para baixo) estourar o teto em 2011 e não convergir ao centro em 2012, o governo já recorre às importações para evitar altas ainda mais elevadas de preços em geral, mesmo reconhecendo que sua escolha pode impor sacrifícios ao crescimento da economia e à obtenção de superávits na balança comercial. O exemplo mais recente é o do algodão, produto que teve a alíquota zero prorrogada por 30 dias na semana passada, para evitar reajustes no mercado interno de tecidos e vestuário, provocadas pela escassez do produto.

Outros itens a terem importações facilitadas são porcas e parafusos usados pela Zona Franca de Manaus (AM). O governo vai acabar com a licença prévia para os produtos entrarem no país, o que implicará redução de custos. O aço também pode ter a tarifa reduzida, caso os preços pressionem as indústrias que dependem do insumo para produzir. No entanto, essa perspectiva ainda se constitui em mera ameaça, tendo em vista que, mesmo tributados entre 12% e 14%, os produtos siderúrgicos entram facilmente no Brasil, devido à valorização do real frente ao dólar.

- As indústrias nacionais pedem proteção, mas, para que se cumpra a meta de inflação, não é possível deixar o câmbio de lado - disse uma fonte.

Embora o Ministério da Fazenda use a queda dos preços das commodities como indicação de que a inflação vai cair, especialistas afirmam que o Brasil, grande fornecedor de soja, minério de ferro e petróleo, não tem qualquer controle sobre as cotações desses itens, fundamentais para a balança comercial brasileira.

- O movimento de queda de preços de commodities foi muito forte na semana passada, mas é pouco provável que essa tendência se materialize, pois a economia mundial e a demanda dos emergentes continuam em crescimento - disse o economista José Júlio Senna, da MCM.

Pressão agora é maior dos produtos industrializados

O consultor Welber Barral, ex-secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, também acredita que, dificilmente, a tendência de queda das cotações das commodities deve se confirmar. Assim, considera possível que o governo dê preferência a incentivos às importações, ou deixe o câmbio como está.

- O que estamos sentindo agora é uma inflação de demanda, que também decorre de 30 milhões de novos consumidores no mercado brasileiro, além de chineses e indianos - afirmou Barral.

O economista Fábio Silveira, da RC Consultores, avalia que, se depender das commodities, a inflação vai ceder no segundo trimestre deste ano. Mas a situação não é tão simples, observa:

- Há outros fatores bem complicados, como a indexação da economia e a demanda interna.

Thaís Marzola Zara, da Rosenberg Associados, destacou que, enquanto os preços dos produtos agropecuários começaram a cair em abril pelo Índice de Preços no Atacado (IPA, que responde por 60% dos IGPs da Fundação Getúlio Vargas), os industriais ficam cada vez mais caros. Em abril, a variação dos agropecuários foi negativa em 0,66%, enquanto os industrializados subiram 0,58%.

- Um fato novo é que, além do aquecimento da demanda interna, os custos industriais aumentaram, com a melhora dos salários dos trabalhadores - disse ela.

Segundo o professor de Economia da Universidade de Brasília (UnB), Newton Marques, a indexação de contratos deve ser vista com cautela pela área econômica do governo. Aluguéis, tarifas de energia e telefone são preocupantes:

- O único caminho que vejo para melhorar o câmbio é via controle de capitais, pois o que chega aqui são recursos especulativos. Há bens em que você pode

liberar ou não importações, para conter preços. No entanto, o que dizer dos serviços?

O vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, disse que se o preço da soja, item fundamental na balança comercial, cair, só haverá reflexo na balança comercial em 2012. Isso porque quase tudo já foi contratado para exportação.

	VEÍCULO ESTADO DE MINAS		EDITORIA
	TÍTULO Chávez cancela visita ao Brasil		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Tatiana Sabadini

Brasília – Chávez pode ter perdido um companheiro na região, com a saída de Luiz Inácio Lula da Silva do cenário político, mas, com Dilma Rousseff no Planalto, o presidente venezuelano pode ganhar uma aliada até mais forte. Nos últimos anos, o país se tornou o terceiro parceiro comercial do Brasil, e os acordos bilaterais prometem intensificar ainda mais a relação. O mandatário venezuelano desembarcaria em Brasília ontem à noite para discutir novos projetos, mas, na última hora, informou por meio do Twitter que cancelou sua viagem ao Brasil, Equador e Cuba por uma infecção no joelho. Chávez pediu desculpas à presidente Dilma Rousseff e disse que o "trabalho com a nação amiga" continua. O chanceler venezuelano Nicolás Maduro viajou à Brasília para pedir desculpas pelo cancelamento imprevisto da visita oficial.

Os projetos em parceria são muitos. Entre eles, está a implementação do financiamento de casas para as famílias mais pobres, uma a implementação do projeto do Minha Casa, Minha Vida, grande vitrine da governante brasileira durante a campanha presidencial, para os venezuelanos, com o financiamento de bancos brasileiros. "Temos uma relação complexa com a Venezuela. E os acordos que temos não ficam apenas no papel: é uma coisa muito concreta, que contribui para melhorar a vida do povo", afirma o embaixador Antônio Simões, subsecretário-geral do Itamaraty para América do Sul, América Central e Caribe.

Em fevereiro, o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, fez uma visita oficial a Caracas e assinou acordos nas áreas de habitação e de agricultura, prévios à vinda de Chávez. Brasil e Venezuela também têm colaboração em tecnologia, infraestrutura e indústria. O comércio bilateral movimentou US\$ 4,6 bilhões em 2010, com saldo de US\$ 3,8 bilhões para o Brasil – o que corresponde a 15% do

superávit apurado na balança comercial. Empresas brasileiras trabalham, por exemplo, na ampliação de linhas de metrô de Caracas e na renovação do sistema de tratamento e abastecimento de água.

Patriota teve agenda intensa na capital venezuelana. Além de reunir-se com o colega, Nicolás Maduro, encontrou-se com ministros de outras pastas e com o próprio Chávez. O Brasil apresentou o projeto Minha Casa, Minha Vida, e a Venezuela aderiu ao modelo. "A vantagem é que não é um investimento apenas do Estado. Ele (Chávez) se interessou pela ideia de pequenos empresários poderem investir em casas populares, de poder colocar o sistema privado junto com o governo", explica Simões. A Caixa Econômica Federal, que tem representações no país, deve aprofundar a operação nos próximos meses e implantar um sistema de financiamento similar ao do Brasil.

De acordo com o embaixador da Venezuela em Brasília, Maximilien Sánchez, a questão da habitação é importante para o país, especialmente depois das chuvas que deixaram centenas de desabrigados, no último ano. "Estamos aprendendo com a Caixa Econômica Federal como ampliar o crédito imobiliário na Venezuela. Temos nos empenhado incessantemente nessa questão, para dar melhor resposta possível à população venezuelana, e o Brasil é um grande parceiro, com experiências muito bem-sucedidas, que queremos ter como inspiração", garante o diplomata.

O grande desafio do governo Dilma será colocar em prática uma série de acordos que preveem a criação de um canal de cooperação produtiva do sul da Venezuela com o Norte do Brasil. O primeiro passo foi dado há três meses, quando a internet rápida chegou a Manaus depois da instalação de um trecho de fibra ótica, em parceria entre os dois governos e empresas privadas. "A Venezuela produz muito alumínio. Por que esse material não pode ser enviado para a Zona

Franca de **Manaus**, por exemplo? Roraima precisa de cal, por causa do solo, e a Venezuela tem. Depois,

podemos enviar os alimentos produzidos no estado para lá", ilustra o diplomata brasileiro.

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE		EDITORIA
	TÍTULO INTEGRAÇÃO AVANÇA NA FRONTEIRA		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Dilma Rousseff e Hugo Chávez pretendem manter a rotina de reuniões a cada três meses para discutir assuntos bilaterais, e a de hoje será a primeira delas. A ideia foi lançada no governo Lula, mas poucas vezes foi cumprida à risca. A presidente brasileira deve não apenas seguir o caminho do antecessor na integração com a Venezuela, mas pode até ir além. "As áreas em que trabalhamos são de vanguarda. Você não está apresentando um produto, mas oferecendo um serviço.

Não há razão para a integração ser diferente", afirma Antônio Simões, subsecretário-geral do Itamaraty para América do Sul, América Central e Caribe.

O grande desafio do governo Dilma será colocar em prática uma série de acordos que preveem a criação de um canal de cooperação produtiva do sul da Venezuela com o Norte do Brasil. O primeiro passo foi dado há três meses, quando a internet rápida chegou a **Manaus** depois da instalação de um trecho de fibra ótica, em parceria entre os dois governos e empresas privadas. "A Venezuela produz muito alumínio. Por que esse material não pode ser enviado para a **Zona Franca** de **Manaus**, por exemplo? Roraima precisa de cal, por causa do solo, e a Venezuela tem. Depois, podemos enviar os alimentos produzidos no estado para lá", ilustra o diplomata brasileiro.

"Há muitas outras maneiras de interligar o norte brasileiro ao sul venezuelano, para incentivar o turismo, o **comércio**, a geração de energia. A parceria entre a Petrobras e a PDVSA na usina de Abreu e Lima, em Pernambuco, é um grande exemplo da contribuição que os países podem dar ao continente, para que sejamos no futuro energeticamente auto-suficientes", afirma o embaixador venezuelano no Brasil, Maximilien Sánchez. O **Brasil** também está interessado em um programa de alerta de chuvas desenvolvido pela Venezuela. O resultado da experiência com o aparelho em uma região venezuelana foi uma queda vertiginosa no número de mortos, de 25 mil para 40. Um acordo ainda está sendo discutido.

Para Sánchez, as relações devem, de fato, desenvolver-se ainda mais no futuro. "Cada presidente tem uma metodologia de trabalho, mas o presidente Hugo Chávez conhece a presidente Dilma desde quando ela era ministra de Minas e Energia, e tem uma ótima relação com ela. Tem muito respeito pela presidente. Esse processo, iniciado e incentivado pelos presidentes **Lula** e Chávez, não pode retroceder, porque traz apenas vantagens à região", completa. (TS)

	VEÍCULO G-1		EDITORIA
	TÍTULO Produção industrial cresce em 7 de 14 regiões em março, aponta IBGE		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Avanços mais acentuados foram observados na Bahia e no Nordeste.

Maiores taxas negativas foram registradas no Amazonas, Pará e RJ.

Do G1, em São Paulo

A **produção** industrial do país cresceu em 7 de 14 regiões analisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em março em relação a fevereiro, conforme levantamento divulgado nesta terça-feira (10). No mês, considerando todos os locais, a **produção** das indústrias cresceu 0,5%, em relação ao mês anterior, quando a alta havia sido de 1,9%.

Os avanços mais acentuados em março foram observados na Bahia (7,0%) e na região Nordeste (6,2%). Esses dois locais haviam registrado perdas de 5,8% e 2,2% em fevereiro, explicados em grande parte pela menor **produção** no setor de produtos químicos, por conta dos efeitos do desligamento do setor elétrico que afetou a região Nordeste do país no início de fevereiro, explica o IBGE.

As demais taxas positivas foram verificadas nos seguintes locais: Ceará (2,0%), Rio Grande do Sul (1,9%), São Paulo e Espírito Santo (ambos com 1,6%) e Paraná (1,1%).

Taxas negativas foram verificadas no **Amazonas** (-8,9%), Pará (-4,6%), Rio de Janeiro (-3,8%), Pernambuco (-2,2%), Santa Catarina (-1,2%), Goiás (-0,6%) e Minas Gerais (-0,1%).

No primeiro trimestre deste ano, o setor industrial nacional avançou 1,3% em relação ao trimestre imediatamente anterior. Em termos regionais, 8 dos 14 locais pesquisados acompanharam a alta, com destaque

para o Espírito Santo (8,3%), Paraná (5,7%), **Amazonas** (3,7%), São Paulo (2,2%) e Ceará (2,1%).

Comparação anual

Na comparação com março de 2010, 10 dos 14 locais pesquisados apresentaram queda na **produção** em março deste ano, refletindo em grande parte o efeito calendário, uma vez que março de 2011 teve dois dias úteis a menos que igual mês do ano anterior, diz o IBGE.

Quedas superiores acima da média nacional, de 2,1%, foram registradas no **Amazonas** (-14,6%), Ceará (-9,9%), Paraná (-8,9%), Pará (-8,2%), Pernambuco (-7,3%), Santa Catarina (-4,7%), Bahia (-3,7%) e região Nordeste (-3,6%). Os demais resultados negativos foram observados em Goiás (-1,4%) e no Rio de Janeiro (-0,4%).

Por outro lado, Espírito Santo, com avanço de 10,5%, assinalou o crescimento mais elevado, enquanto Minas Gerais (2,0%), São Paulo (1,2%) e Rio Grande do Sul (0,9%) apontaram expansões mais moderadas.

No primeiro trimestre de 2011 frente a igual período do ano anterior, 7 locais mostraram crescimento na **produção**. Com avanço acima dos 2,3% registrados no total do país ficaram o Espírito Santo (11,3%), Paraná (4,8%), Minas Gerais (4,5%), São Paulo (3,8%) e Rio de Janeiro (2,7%).

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO Governo reduzirá exploração hídrica da <u>Amazônia</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASIL

Editora: Elaine Cotta

Subeditora: Ivone Portes

Decisão não inclui a polêmica usina de Belo Monte, mas afetará outros cinco projetos também localizados no rio Xingu, no Pará

Ricardo Rego Monteiro

O governo desistiu definitivamente de explorar todo o potencial hidrelétrico da Amazônia. A decisão, acertada em reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), se deve não só à complexidade de empreendimentos em região tão sensível do ponto de vista ambiental, como também à promissora oferta de gás natural dos campos do pré-sal, na Bacia de Santos. Embora resolva um problema, ao poupar parte do bioma amazônico, a decisão cria outro, ao exigir soluções que reduzam o impacto tarifário de gás tão caro quanto distante do litoral brasileiro. Presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Mauricio Tolmasquim lembra que a Amazônia concentra praticamente 70% dos aproveitamentos hídricos ainda com potencial energético do país. Embora faça questão de desvincular a decisão dos arranhões na imagem do país provocados pela pressão internacional contra a usina de Belo Monte, no Rio Xingu (PA), Tolmasquim é taxativo: as restrições ambientais da Amazônia impõem um limite de, no máximo, 20 anos para aproveitamento do potencial energético da região. “O país não aproveitará todo o potencial hídrico da Amazônia para geração de energia”, afirmou Tolmasquim ao Brasil ECONÔMICO. “A exploração desses potenciais se esgotará em, no máximo, 20 anos. Depois disso, o país terá que buscar outros meios de ampliar, no longo prazo, a oferta de energia. Em infraestrutura, 20 anos é um prazo que não é longo. É logo ali.”

O executivo assegura que a decisão nada tem a ver com as pressões de Organizações Não-governamentais (ONGs), cineastas e até da Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA). Embora o secretário-geral da OEA, José Miguel Insulza, tenha recuado recentemente das críticas da Comissão de Direitos Humanos do órgão — o que criou uma crise com o governo brasileiro —, especialistas lembram que o episódio maculou a credibilidade do país na área ambiental.

As vítimas mais visíveis do recuo do governo, admite Tolmasquim, são os projetos previstos para o Rio Xingu, no Pará. Lá, onde será erguida a polêmica usina de Belo Monte, não será construída nenhuma das outras cinco hidrelétricas previstas originalmente desde os anos 1970. O executivo evita especificar que outros empreendimentos serão sacrificados, mas afirma que a decisão não afeta Belo Monte e outras que dependem apenas de licenciamento para o governo leiloar. Apesar do recuo, Tolmasquim refuta críticas quanto aos impactos das hidrelétricas sobre o meio ambiente. Afirma que, ao contrário, tais usinas podem representar um salto não só do ponto de vista ecológico, mas social, mesmo na Amazônia. “Hoje, o conceito que orienta esse tipo de construção é diferente do que prevalecia há alguns anos”, diz. “Uma hidrelétrica é muito mais do que só uma fábrica de energia; é um vetor de desenvolvimento. Sem Itaipu, por exemplo, a região de Foz do Iguaçu e o Paraguai, principalmente, seriam muito pobres.” Apesar de só agora confirmar oficialmente amoderação na proposta de exploração hídrica da Amazônia, Tolmasquim afirma que a decisão foi tomada, oficialmente, no ano passado. Na ocasião, uma reunião do CNPE avalizou a proposta, que cria, no entanto, um novo desafio para o governo: reduzir ao mínimo o impacto da comercialização do gás do pré-sal para os consumidores. Embora tenha evitado maiores detalhes

sobre as propostas em discussão, o presidente da EPE admite que a modicidade tarifária deve ser preservado

por meio de uma fórmula que dilua o alto custo do gás no preço do petróleo associado de Santos.

	VEÍCULO RONDÔNIA DINÂMICA		EDITORIA
	TÍTULO MP-RO requisita da SEFIN fiscalização de empresas de fachada na Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

As irregularidades constatadas violam o direito coletivo de todo o povo rondoniense, já que milhões são sonogados aos cofres públicos.

Após ajuizar ações civis públicas contra algumas das maiores empresas que têm filiais de fachada em Guajará-Mirim, o **Ministério** Público de Rondônia, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), requisitou da Secretaria de Finanças de Rondônia fiscalização efetiva na Área de Livre **Comércio**. As investigações revelam que centenas de empresas estão estabelecidas em Guajará-Mirim apenas “no papel”, e a conduta fraudulenta delas geralmente é semelhante: galpões semivazios, pouquíssimos funcionários, sem atendimento ao público, sem **comércio** real (apenas algumas caixas para dissimular a ilegalidade), sem internamento de

mercadorias pelo prazo legal de cinco anos e contando com a omissão da fiscalização.

Para os Promotores de Justiça integrantes do GAECO, a situação é não apenas ilegal como imoral e facilmente constatável por qualquer cidadão, o que pode acarretar a aplicação das sanções de improbidade administrativa aos agentes públicos responsáveis pela fiscalização.

As irregularidades constatadas violam o direito coletivo de todo o povo rondoniense, já que milhões são sonogados aos cofres públicos. Além disso, há indícios de que benefícios fiscais como a isenção de **ICMS** não estariam sendo repassados pelas empresas aos consumidores.

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA		EDITORIA
	TÍTULO Iphan nega novo pedido de impugnação do tombamento do encontro das águas		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Governo do Estado, por meio da SDS e Ipaam, e a Superintendência doi Iphan, pretendem apresentar propostas para que empreendimentos não sejam proibidos na área

Manaus, 09 de Maio de 2011

Elaíze Farias

Encontro das Águas, que foi tombado ano passado, não pode mais ter seu tombamento questionado ou impugnado (Clóvis Miranda)

O tombamento do encontro das águas, em **Manaus**, é irreversível e não cabe mais recurso contra a decisão. A informação foi dada nesta segunda-feira (09) pela assessoria de imprensa do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional e Artístico (Iphan).

O portal acritica apurou que, na semana passada, o governo do Estado, por meio da procuradora Sandra Couto, solicitou novamente a impugnação do tombamento.

O pedido aconteceu durante reunião do Conselho Consultivo do Iphan, no dia 4 de maio, durante discussão para aprovar tombamentos de bens de várias cidades brasileiras. Apesar de não haver nenhum bem do **Amazonas** na pauta, o **Superintendente** do Iphan, Juliano Valente, também estava presente.

O pedido, contudo, foi indeferido pelo Conselho, que abriu uma exceção na pauta de discussão (a intervenção da procuradora estadual não estava na agenda), para analisar a solicitação.

A assessoria de imprensa do Iphan confirmou que aconteceu o pedido e que ele não foi acatado pelos conselheiros.

Procurada pela reportagem do portal acritica.com, Sandra Couto, que mora em Brasília,

confirmou que fez o pedido, em nome do governo do Estado.

A procuradora afirmou que reiterou o fato do governo do **Amazonas** não ter participado das discussões do tombamento e de ter tido pouco tempo para se manifestar sobre o assunto.

Ela disse que somente o governador Omar Aziz indicará os encaminhamentos que serão tomados a partir de agora.

Diretrizes

O tombamento, contudo, não vai desencorajar o governo a continuar defendendo a construção do Porto das Lajes, cuja localidade fica nas proximidades do encontro das águas.

O passo agora, segundo a titular da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e **Desenvolvimento** Sustentável (SDS), Nádia Ferreira, é apresentar à presidência do Iphan uma “proposta prévia” de diretrizes para o tombamento.

A proposta será feita em conjunto entre SDS, Instituto de Proteção Ambiental do **Amazonas** (Ipaam) e **Superintendência regional** do Iphan, segundo Nádia.

“O tombamento é fato consumado. O que a gente vai fazer é apresentar uma proposta para defender os interesses públicos e econômicos do Estado. Vamos trabalhar isto até esta semana e apresentar ao Iphan”, disse.

Segundo a secretária, somente com as “diretrizes” é que será possível saber o que pode e o que não pode ser construído na área tombada.

Perguntada se o principal objetivo é defender a construção do porto, Nádia disse “não só o Porto das Lajes mas qualquer empreendimento” que seja proposto para a área.

“Não somos contra o tombamento, mas contra os prejuízos econômicos para o Estado”, declarou.

Regras

A assessoria de imprensa do Iphan, contudo, negou que o tombamento por parte do Iphan esteja vinculado a possíveis diretrizes.

O que pode ocorrer, segundo a assessoria, é a análise de proposta de um determinado empreendimento para definir se ele se encaixa na área do bem tombado.

Conforme a assessoria, “cada caso é um caso”, e ele deve obedecer às regras já estabelecidas no relatório do tombamento. “É preciso apresentar o projeto e Iphan vai analisar se ele está de acordo”, informou a assessoria.

Tentativas

No mês passado, em audiência realizada com a ministra da Cultura, Ana de Holanda, uma comitiva que

incluía Nádia Ferreira, representantes da **Zona Franca** de **Manaus** e o deputado Sinésio Campos (PT), pediu a redução para dois quilômetros da área tombada.

O pedido não foi aceito, mas a ministra acatou solicitação de análise do empreendimento do Porto das Lajes.

Em janeiro, o governo já havia entrado com uma ação na justiça contra o tombamento, mas depois reconsiderou a medida.

Segundo a assessoria de imprensa do Iphan, o projeto do Porto das Lajes já foi entregue à **Superintendência regional** do órgão, mas ele tramita em esfera local, por enquanto. A decisão final será dada pelo Departamento de Patrimônio do Iphan, devido “à importância do bem”, segundo a assessoria.

	VEÍCULO PORTAL A CRÍTICA		EDITORIA
	TÍTULO Produção Industrial do Amazonas recuou 8,9% em Março		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Em março, produção industrial cresce em sete dos 14 locais pesquisados, mas Amazonas apresenta taxas negativas

Manaus, 10 de Maio de 2011

acritica.com

Empresas do setor esperam aumento na produção e nas vendas de pelo menos 3% no primeiro trimestre, período em que, normalmente, há queda (Foto: Divulgação)

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) lançou nesta terça (10), os resultados da Produção Industrial referente à Março 2011. Segundo a pesquisa os índices regionais da produção industrial, descontados os efeitos sazonais, mostraram crescimento em sete dos quatorze locais pesquisados, frente a fevereiro.

Os avanços mais acentuados foram observados na Bahia (7,0%) e na região Nordeste (6,2%), que registraram perdas de 5,8% e 2,2% no mês anterior, explicados em grande parte pela menor produção no setor de produtos químicos, em razão dos efeitos do desligamento do setor elétrico que afetou a região Nordeste do país no início de fevereiro.

As demais taxas positivas foram verificadas nos seguintes locais: Ceará (2,0%), Rio Grande do Sul (1,9%), São Paulo e Espírito Santo (ambos com 1,6%) e Paraná (1,1%).

Por outro lado, Amazonas (-8,9%), Pará (-4,6%), Rio de Janeiro (-3,8%), Pernambuco (-2,2%), Santa Catarina (-1,2%), Goiás (-0,6%) e Minas Gerais (-0,1%) apontaram as taxas negativas.

Em março de 2011, o setor industrial do Amazonas recuou 8,9% em relação ao mês de fevereiro, na série livre de influências sazonais, após

quatro meses de taxas positivas, período em que acumulou ganho de 10,3%.

Na comparação com março de 2010, observa-se recuo de 14,6%, queda mais intensa desde abril de 2009 (-21,4%). No fechamento do primeiro trimestre do ano, a produção industrial do Amazonas caiu 2,5% frente à igual período de 2010, mas cresceu 3,7% na comparação com o trimestre imediatamente anterior – série ajustada sazonalmente.

A taxa anualizada, índice acumulado nos últimos doze meses, avançou 8,0% em março de 2011, mas permaneceu com a clara trajetória de redução no ritmo de crescimento iniciada em setembro último (16,5%).

Segundo o IBGE o recuo de 14,6% no índice mensal teve perfil generalizado de queda, atingindo oito dos onze setores pesquisados, com destaque para a contribuição negativa vinda da atividade de alimentos e bebidas (-46,3%), pressionada em grande parte pelo recuo na fabricação de preparações em pó e em xarope para elaboração de bebidas.

A pesquisa cita ainda impactos negativos vindos dos ramos de material eletrônico e equipamentos de comunicações (-12,7%) e de edição e impressão (-15,1%), refletindo sobretudo a menor produção de televisores e DVD's reproduzidos de matrizes de terceiros, respectivamente.

Por outro lado, as principais influências positivas vieram de outros equipamentos de transporte (25,4%) e de equipamentos médico-hospitalares, ópticos e outros (40,8%), impulsionado principalmente pelo avanço na produção de motocicletas e suas peças, no primeiro ramo, e relógios no segundo.

No corte trimestral, observa-se que a indústria amazonense apresentou perda de dinamismo entre o quarto trimestre de 2010 (4,1%) e o primeiro de 2011

(-2,5%), ambas as comparações contra igual período do ano anterior.

A **produção** acumulada no primeiro trimestre do ano recuou 2,5%, influenciada pelo desempenho negativo de dois segmentos com forte peso no total da indústria amazonense:

Alimentos e bebidas (-30,7%) e material eletrônico e equipamentos de comunicações (-9,2%). Esses ramos foram influenciados, respectivamente, pelos

ítems: preparações em pó e em xarope para elaboração de bebidas; e televisores.

Em sentido oposto, outros equipamentos de transporte (33,8%) e equipamentos médico-hospitalares, ópticos e outros (68,7%) exerceram os impactos positivos mais relevantes sobre a média global, impulsionados em grande parte pela maior **produção** de motocicletas e relógios, respectivamente.

 SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS	VEÍCULO MIDIA.COM		EDITORIA
	TÍTULO Fábrica de iPad no <u>Brasil</u> deve ser instalada no interior de São Paulo		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Presidenta Dilma Rousseff conversa com o presidente da Empresa Foxconn, Terry Gou, no complexo Diaoyutai, em Pequim. (Foto: Roberto Stuckert / PR)

Publicidade

Apple e a Foxconn devem anunciar cidade escolhida até maio. Governo brasileiro já está definindo especificações para o produto.

A fábrica da Apple e da Foxconn que vai produzir o computador tablet iPad no Brasil deverá ser instalada no interior de São Paulo, segundo informou ao G1 o ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio**, Fernando **PIM**entel, nesta quarta-feira (13). Fruto dos acordos firmados durante a visita de seis dias que a presidente Dilma Rousseff faz na China, a fábrica foi anunciada nesta terça-feira, depois de um encontro entre Dilma e o presidente da Foxconn, Terry Gou, em Pequim.

"Possivelmente, a fábrica será instalada no interior de São Paulo. Ainda não sabemos a cidade, mas deve ser em São Paulo. Eles vão levar em consideração distribuição do mercado e facilidade de locomoção. A montagem da fábrica vai ser rápida. Eles nos falaram que, se tudo correr bem, até novembro estariam produzindo o tablet no Brasil", afirmou o ministro, que está na China acompanhando a presidente.

O investimento da Foxconn, que fabrica produtos da Apple em regime de terceirização na China, deve chegar a US\$ 12 bilhões no Brasil em até 5 anos. No Brasil, a empresa já fabrica produtos para Sony, Dell, HP e Sony Ericsson e possui hoje três fábricas: em Manaus (AM), Indaiatuba (SP) e Jundiaí (SP). A expectativa é que a fábrica de tablet utilize parte das estruturas já em funcionamento.

Segundo **PIM**entel, uma equipe do **Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio** já está

trabalhando na elaboração das especificações que serão exigidas pelo governo brasileiro para a fabricação do produto, como as metas de produção anual e a porcentagem de equipamentos nacionais que deve ser utilizado na produção do tablet. Para que a fábrica fosse instalada, o governo brasileiro exigiu, entre outras questões, que seja feita transferência de tecnologia e parcerias com empresas brasileiras.

"Em maio o governo já deve estar com as especificações definidas. Até maio também acreditamos que a empresa já tenha anunciado a cidade escolhida e dado início aos processos de licenciamento ambiental para a instalação da fábrica", afirmou **PIM**entel.

Apesar de haver uma expectativa de geração de até 100 mil empregos no país com a chegada da fábrica, o governo afirmou que não fará exigências em relação à mão de obra.

"Mão de obra não podemos definir. É muito técnico. São Paulo já vai ser escolhido por eles, provavelmente, por causa das universidades que possui nas proximidades", disse **PIM**entel.

Na análise do ministro, a criação do Plano de Banda Larga, que deve estar sendo implementado até o próximo ano, serviu como atrativo para o anúncio da implementação da fábrica no Brasil. A expectativa é que com a produção nacional, haja uma redução de impostos do equipamento, que pode chegar a até 31% nos preços na comparação com os importados.

Visitas

Além do anúncio da fábrica de tablet, nesta terça-feira (12), a presidente Dilma Rouseff e o presidente chinês, Hu Jintao, se reuniram em Pequim para a assinatura de acordos de cooperação nas áreas de política, defesa, ciência e tecnologia, recursos hídricos, inspeção e quarentena, esporte, educação, agricultura,

energia, energia elétrica, telecomunicações e aeronáutica, entre outros acordos.

Segundo o Itamaraty, foram assinados seis atos entre governos e **Ministérios**, sem contar os acordos comerciais já anunciados durante a viagem de Dilma. Foram firmados também acordos entre instituições brasileiras e chinesas.

Nesta quarta, Dilma só tem agendas oficiais à tarde, pelo horário da China. Pela manhã, a presidente

aproveitou para visitar a Cidade Proibida e realizadas reuniões internas. A partir das 15h10, Dilma se reúne com o presidente da Assembleia Popular da China, Wu Bangguo, e depois com o primeiro-ministro da República Popular da China, Wen Jiabao. No final da tarde, a presidente embarca para a cidade de Sanya. A presidente retorna ao **Brasil** no sábado.